

Corpocapital: códigos, axiomática e corpos dissidentes¹

Domenico Uhng Hur

Na Psicologia, e nas Ciências humanas em geral, o corpo é uma dimensão pouco estudada e explorada. Frente ao imperativo do iluminismo e da razão, a multiplicidade de intensidades, e desconhecimentos, que o corpo implica, teve que ser calada, negada e encoberta. O corpo aparece como o impensado da linguagem, bem como as intensidades são o impensado da representação. Apreender o corpo remete então a desdisciplinar as disciplinas, pois este não deve ser entendido apenas como metáforas sintomáticas, mas sim como uma metamorfose que um real em excesso impele (FERNÁNDEZ, 2011).

Consideramos que para a própria constituição da Psicologia enquanto disciplina autônoma, para se emancipar da Medicina, o corpo somático teve que ser negado e encoberto. Foi necessária a invenção de uma psique imaterializada, seja com uma ficcionalização de um espaço inconsciente, ou na construção de normas e códigos psicossociais. Inventou-se toda uma tecnologia da subjetividade calcada na constituição de normas (FOUCAULT, 1984 [1975]), em que a disciplina psicológica tratava por diagnosticar, corrigir e adaptar; obviamente a partir dos imperativos do liberalismo econômico-político. E normatizar-normalizar trata-se nada mais do que codificar, fazer com que determinada conduta siga determinado código, um significante.

Entretanto, no final do século XX essa psique imaterial passou a se corporificar, a se encarnar e materializar. Há uma transição de uma antiga interioridade da psique à superfície, da imaterialidade à materialidade biológica. O método predominante deixa de ser a escuta para ser o olhar; é o momento em que a psique se moleculariza e se torna o cérebro, neurotransmissores, metabolizadores, receptores, etc. (ROSE, 2013). Então esse movimento de trazer o corpo à tona na Psicologia, de uma imaterialidade à corporificação da psique, não é “progressista” como se esperava. Ao invés de uma

¹ Este artigo é a versão escrita e desenvolvida de minha apresentação na mesa-redonda “Corpo e sociedade de consumo” no X Congresso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás (UFG) ocorrido em outubro de 2015 e cujo tema geral foi “(Re)descobrimo o corpo”.

abertura à multiplicidade de intensidades corporais, há de certa forma uma redução do fenômeno humano ao que a imagem da tomografia de emissão de pósitrons (PET-scan), ou a decodificação genética do DNA, esquematiza. Vale ressaltar que um escaneamento PET, ou um perfil do DNA, tem maior poder retórico de convencimento do que o discurso oral.

Esta transição de apreensão do corpo não é fortuita. O corpo não está cindido e isolado do agenciamento de relações de forças no campo social. O corpo não é mero soma, entidade biológica isolada, mas sim é resultante das relações de poder e governamentalidade social. Para refletir sobre o corpo na atualidade é imprescindível apreender as políticas do corpo.

Dessa forma o objetivo de nosso artigo é realizar uma reflexão sobre o corpo a partir da transição das sociedades disciplinares para a sociedade de controle, ou melhor, pensar as metamorfoses do corpo na transição do diagrama da disciplina ao diagrama de controle. Como método utilizamos reflexões de autores considerados pós-estruturalistas, como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault, Nikolas Rose, entre outros. Buscamos assim pensar o corpo como expressão de três momentos distintos: codificado em binarismos, axiomatizado pelo capital e enquanto multiplicidade e linhas de fuga.

Do corpo-código ao corpocapital

O corpo é o alvo principal da governamentalidade biopolítica. Em todo o processo anátomo-político de vigilância e inscrição dos imperativos institucionais na carne, é o corpo que foi esquadrihado, mensurado, quantificado e formatado. Foucault (1979) nos ensina que no diagrama disciplinar o corpo foi codificado a partir das normas instituídas pelas disciplinas de saber. Seja o corpo doente, o corpo saudável, o corpo do criminoso, etc. Então o processo de normatização e normalização é o que Deleuze e Guattari (1976 [1972]) denominam como inscrição de um código ao corpo, ou melhor, a sobrecodificação dos fluxos sociais, pois o indivíduo deve abandonar os códigos antigos em prol dos códigos da instituição corrente. Por exemplo, o jovem tem que se adequar aos códigos da instituição militar, que são distintos dos códigos da instituição escolar. O corpo passa assim a ser codificado a partir das normas institucionais. Neste processo de codificação, instauram-se normas e padrões do que o corpo deve ser e aparentar, geralmente calcados num código de boa forma, que está atrelado aos valores dominantes de determinada sociedade. O corpo disciplinado deve

ser assim domesticado e formatado em moldes pressupostos, em que este passa a ser categorizado como adaptado, ou desviante. Portanto, se segue a lógica identitária do código, é positivado, mas se assume uma variação multiplicatória que foge à norma, é negativado, resultando na bipolarização entre normal e patológico. O que segue a norma é o correto, e as múltiplas diferenças são tomadas como o equivocado, o negativo, o patológico, o anormal e o criminoso. Deleuze (2006 [1968]) já nos mostrou que nunca houve nada mais injustiçado que a diferença: mesmo na história da filosofia, ela foi entendida como negatividade.

As normas e códigos variam de acordo com as diferentes instituições, culturas e temporalidades. Mas o que queremos ressaltar é que são formatos, moldes, constituídos por linhas de segmentaridade rígida, um campo estriado. Neste processo de codificação, o corpo sofre uma *rostificação*, em que suas multiplicidades intensivas são reduzidas ao significante despótico do rosto (DELEUZE & GUATTARI, 1996 [1980]), e também ao imperativo do riso (CASSOLI & FRANÇA, 2012), que aparece como outro mecanismo de governamentalidade. Mas essa rostificação do corpo não contém a variedade estética étnica, na pluralidade de belezas regionais, mas sim o rosto padrão normatizado da representação pictórica de Jesus Cristo, como homem ariano civilizado de traços finos, uma configuração fenotípica muito distinta de suas raízes mouras. A norma da beleza da rostidade deve ser apenas uma, e o que não se enquadra é desviante, é fora da norma. Constatamos muitos casos em que mulheres negras “embranquecem”, mulheres coreanas fazem cirurgias plásticas nas pálpebras para se ocidentalizarem, para perseguirem a norma codificada. Enfim, a sociedade disciplinar é uma sociedade de adaptação.

Todavia, constatamos na atualidade que o corpo já não é tão normatizado como outrora, ele já não vive sob a primazia de um código. Consideramos que ao invés de um código, o corpo agora está sujeito à primazia de um tipo de funcionamento. Não mais por uma imagem do pensamento (DELEUZE, 2006 [1968]), mas sim por um *funcionamento* do pensamento. E este funcionamento refere-se à axiomática do capital (DELEUZE & GUATTARI, 1976 [1972]).

Defendemos que a transição das sociedades disciplinares para as sociedades de controle (DELEUZE, 1992 [1990]) se deu pela intensificação da axiomática do capital. Foi esta axiomática, esta equação, este funcionamento na lógica do capitalismo que desterritorializou os fluxos sociais codificados, modulando-os em sua gramática.

Enquanto as instituições (e o *socius*) operam por codificação, por inscrição e normatização de procedimentos e comportamentos, o capitalismo prescinde dessa lógica, operando através de um axioma, uma máxima, uma matriz, uma “fórmula” do funcionamento capitalista, que substitui o código. A axiomática do capital opera a partir da lógica de funcionamento do capitalismo, que consiste na incitação à produtividade, competitividade, livre iniciativa e atualização da lógica privada e do acúmulo. Atua por um tipo de funcionamento e não por códigos ou significantes (HUR, 2013, p.205).

O duplo movimento da axiomática do Capital fez com que a norma e o código perdessem sua primazia para a lógica do capital. Por isso que Deleuze (1992 [1990]) fala de uma transição do molde para a modulação, da disciplina e vigilância do panóptico para o controle no campo aberto, ou o que Lazzarato (2006) afirma, de uma biopolítica à noopolítica. A axiomática do capital é uma máquina semiótica que não opera apenas no nível econômico e político, mas que se impõe “aos outros componentes de Expressão – arquiteturais, urbanísticos, artísticos, pedagógicos, etc.” (GUATTARI, 1992, p. 76). É uma máquina semiótica que modula, através da lógica do capital, as formas de ser, de simbolizar, de se afetar, de desejar, ou seja, produz uma forma subjetiva, que é a subjetividade capitalística (GUATTARI, 1986). Há uma captura do desejo, bem como uma modulação semiótica dos processos tomando como princípio a fórmula capitalista.

Na substituição do código pela axiomática, da sociedade disciplinar para a de controle, há toda uma transição da interioridade à superfície, dos valores instituídos à lógica capitalista, do espaço fechado (muros institucionais, panóptico) ao campo aberto em rede, da adaptação ao maior rendimento. Concordamos com Byung-Chul (2012) que este novo diagrama de forças refere-se mais a um diagrama de rendimento, do que de controle. Ou então ao que denominamos como diagrama de empresa. Pois nesta máquina abstrata a primazia não é sobre a disciplina ou o controle, mas no mais produzir, no agenciamento de empresa.

Este momento de intensificação da axiomática do capital converge com a segunda fase do capitalismo, em que a administração dos fluxos é mais importante que a mera produção e acumulação. Então há uma indústria da gestão social, política, subjetiva e corpórea calcada no modelo do maior rendimento, da máxima eficácia. O indivíduo passa a ser uma célula empresarial, em que a subjetividade capitalística passa

a ser hipertrofiada, numa extrapolação sem limites, para uma constante e perpétua superação.

O código, mesmo em declínio, não é extirpado. Mas passa a ser modulado pela gramática neoliberal. Então o corpo não é mais codificado pelo socius, mas sim axiomatizado pelo capital, em que os códigos tornam-se variáveis e mutantes. Constitui-se assim não mais um corpo-código, mas um corpocapital. O corpocapital é a realização da axiomática do capital na instância do corpo. Então já não há mais códigos e normas pressupostos e instituídos, mas um funcionamento a se realizar na dimensão corporal.

Neste funcionamento o que importa é a máxima eficácia. Então, como se fosse uma espécie de *just in time* (toyotismo) corporal, deve-se maximizar a produção, os fluxos, mas sem deixar produtos estocados. Isso significa que a subjetividade capitalística hipertrofiada não opera apenas no âmbito imaterial, mas também na materialidade corporal. Hipertrofiar os músculos, cortar os “excedentes adiposos” estocados. Aumentar a eficácia e força corporal e eliminar o estoque energético em forma de gordura. O padrão estético corporal deixa de ser atingir um determinado código ou norma, mas sim hipertrofiar o corpo ao extremo, sem meta, sempre dirigido à superação do máximo.

Nesta lógica, os limites existem para serem superados. Não é à toa que artistas da grande mídia, jovens e adultos do cotidiano, sejam homens ou mulheres, passam a moldar e hipertrofiar os músculos corporais, em que o que importa é o aumento muscular e a diminuição da gordura. Não se busca mais um corpo magro como outrora, mas um corpo hipertrofiado. Afirmamos que não se trata de um novo código, porque nunca se atinge a meta, não há uma norma estabelecida. Não há um sistema fechado numa entropia, a produção energética deve ser incessante. O indivíduo que já se apresenta forte, musculoso, com baixos índices de gordura corporal, não está satisfeito com seu corpo. Sempre busca hipertrofiar e hipertrofiar mais. Tal como a lógica do capitalismo: deve-se crescer o máximo possível; o que importa é a produção. Por isso consideramos que a denominada vigorexia, fenômeno que a pessoa musculosa não se enxerga assim, não se trata de uma mera distorção da imagem corporal. A vigorexia é a encarnação da axiomática do capital no corpo. Este corpo levado ao máximo de rendimento e que deve continuar a ser hipertrofiado é o corpocapital.

No âmbito dos saberes disciplinares, a psicologia não busca mais diagnosticar e normatizar. Busca agora conhecer para intervir e aprimorar. O corpo e a psique passam a ser vistas como máquinas de alto rendimento. Os estudos da inteligência, emoções,

comportamento social, visam à mudança de conduta para a maior produtividade. Busca assim administrar o empreendedorismo dos indivíduos e incitar a sua maior produção. Não importa se agora desviam da norma, mas sim se em sua anomalia podem ser um corpo produtivo que atualize o diagrama do rendimento. Passa-se então a gerenciar o corpo e a saúde buscando uma maior eficácia e rendimento dos corpos, seja conseguindo corpos eternamente jovens, maior rendimento nos esportes, melhores filhos e conseqüentemente almas felizes (ROSE, 2013). As “Tecnologias médicas contemporâneas não buscam simplesmente curar doenças uma vez tendo elas se manifestado, mas controlar os processos vitais do corpo e da mente. Elas são, concludo, tecnologias de otimização” (ROSE, 2013, p.32). A promessa é de que o corpo sempre poderá ser sofisticado e desenvolvido.

Nessas tecnologias de otimização do corpo, as antigas normas corporais são ultrapassadas. Por exemplo, a norma do envelhecimento sexual corporal mudou drasticamente com as terapias de reposição hormonal, ou com a introdução do Viagra (ROSE, 2013). A própria “biotecnologia muda o que é ser biológico” (ROSE, 2013, p.33). Portanto, a endocrinologia e a farmacologia se tornaram campos de saber indispensáveis para a utilização de hormônios e medicamentos para a otimização corporal. A testosterona tornou-se hormônio chave para catalisar a axiomática do corpocapital, tanto de corpos masculinos e femininos, na promessa de uma hipertrofia incessante. Não se para de crescer, mas nunca está suficiente. O fisiculturista amador se vê no espelho, mas sempre acha que deve treinar para ficar mais forte e queimar mais gorduras. Nunca está satisfeito com o corpo e se sente em perpétua dívida com o ideal. O uso indiscriminado desse hormônio por artistas, modelos, velhos, adultos e adolescentes traz a emergência de um corpo hipertrofiado, que a cada dia cresce mais, e que também sofre maiores efeitos colaterais e sequelas.

Nesse crescimento e trabalho corporal descomunal a meta não é mais externa, chegar à norma, mas sim interna, que é a realização da axiomática, internalizada. Então é um ideal que nunca se alcança, pois sempre se deve crescer e crescer mais, sem limites. O indivíduo sempre estará assim em dívida e fadado à frustração. Se não alcança o ideal, sente como se a culpa fosse apenas sua. Dessa forma, no diagrama do rendimento há a produção do sujeito competitivo, faltoso-endividado, frustrado e culpado, traços que expressam a crise da subjetividade capitalista (LAZZARATO, 2014). A crise da subjetividade capitalista é a do indivíduo esgotado, acometido pelo absentismo no trabalho, pela depressão no cotidiano, enfim, ao invés de atingirmos

uma sociedade do máximo rendimento, chegamos à sociedade do cansaço (BYUNG-CHUL, 2012). As economias da vitalidade podem levar ao esgotamento e à morte.

Entretanto, os sintomas de esgotamento logo são contidos pela Indústria farmacêutica que tem medicamentos que supostamente resolvem todos os problemas psíquicos e corporais: antidepressivos, remédios para distúrbios de ansiedade e medicamentos para melhorar o rendimento cognitivo e a produção. O uso de nootrópicos, drogas farmacêuticas que visam aumentar a inteligência, a criatividade e a memória, a cada dia está mais disseminado, na promessa de que se pode ficar mais inteligente e focado com o uso destes remédios. A ritalina é um medicamento que está sendo utilizado não apenas por crianças portadoras de transtorno e déficit de aprendizagem e hiperatividade – TDAH, mas também por adultos que buscam otimizar suas capacidades cognitivas, resultado que nem sempre é atingido. Não apenas a indústria farmacêutica opera pela axiomática do capital, mas principalmente o indivíduo que busca a auto-administração destes medicamentos.

Na transição do corpo-código ao corpocapital, acompanha-se a mudança das normas às tecnologias de otimização, bem como da adaptação ao maior rendimento. A corporificação da psique, seja no cérebro, ou na genética, segue a lógica da maior eficácia, pois se sabendo em que estrutura somática é que se deve intervir, as possibilidades de aprimoramento corporal se tornam maiores. Os distúrbios não são mais enfocados pela perspectiva da patologia, mas sim na da possibilidade de lucro. Como o indivíduo se torna uma célula empresarial, este passa a assumir autotécnicas, não ficando restrito ao saber do especialista, pois passa de paciente a consumidor ativo, em que antes o Outro governava meu corpo, agora o Eu é que o governa (ROSE, 2013). Na figura 1 esquematizamos a transição destes dois momentos, do corpo-código relativo ao diagrama disciplinar, e do corpocapital relativo ao diagrama de controle-rendimento.



Figura 1: Do corpo-código ao corpocapital.

É importante ressaltar que no diagrama do rendimento, há a ocorrência de um fenômeno contraditório. Frente à desterritorialização capitalista dos antigos códigos sociais há uma angústia de indiferenciação e falta de referências. Enquanto alguns investem na modulação da axiomática do capital, outros sofrem uma desagregação que os impelem a uma reterritorialização maciça a algum código, ou significante despótico. Então daí emerge um processo de identificação de urgência (KAËS, 2011), que é um mecanismo defensivo que busca uma adesão imediata a algum sistema de crenças com finalidade de regulação psíquica; busca-se codificar novamente. Assim são necessários processos de reterritorialização e inscrição do corpo em “próteses psíquicas” para se proteger do caos da indiferenciação. Corpos malhados e tatuagens são formas de inscrição de códigos na carne. O uso abusivo de psicofármacos e hormônios também é outra forma de regulação psíquica e corporal.

Tal reterritorialização violenta não opera apenas no âmbito corporal, mas também no sistema de crenças e valores, quando indivíduos e coletivos aderem a significantes despóticos, como de fundamentalismos, ou clamando pelo retorno do militarismo, máxima expressão da disciplina, e que redundam na reprodução de um pensamento dogmático, conservador, ortodoxo e regressivo. Tal pensamento dogmático nada mais é do que se ancorar em códigos instituídos para lidar com a vertigem do real.

Então o mal estar proveniente do diagrama do rendimento pode trazer uma grande despotencialização do corpo, seja no seu esgotamento, ou então numa adesão mais intensificada a algum sistema de códigos. O corpopital busca um maior rendimento, mas está no seu limiar de maior esgotamento.

Corpos dissidentes

Mesmo com os dois diagramas descritos, sempre há linhas de resistência, linhas de fuga, que fogem e combatem, seja a segmentarização dos códigos das disciplinas, ou a axiomatização do capital. O desejo se revolta e não fica contido nos estratos instituídos, ou no imperativo do mais produzir, produzindo assim outras linhas e possibilidades corporais. Consideramos que há linhas de singularização radical do corpo que seguem outros regimes de forças, linhas nomádicas, que constituem corpos dissidentes.

Traçam linhas de resistências, ou melhor, re-existências, que insistem e simulam outras práticas corporais. Corpos que não são negatividade e nem dejetos (FERNÁNDEZ, 2011) que performatizam e dramatizam outros corpos, mesmo ainda podendo estar mesclados nos códigos das disciplinas ou na rede da axiomática do capital. A linha de fuga é que assume primazia nesses processos. Há uma produção intensiva e em experimentação de outros corpos, como os extremamente tatuados, com próteses de titânio, seguindo devires-animais (o homem-lagarto, o homem-tigre, etc.), ou devires-monstros (a mulher-vampira, o caveira vermelha, o menino zumbi, etc.), que levam a inscrição corporal a um limite nunca antes visto. Ao mesmo tempo em que há uma inscrição corporal extrema, não se busca reproduzir o código da boa forma. E a inscrição vertiginosa de tatuagens, por mais que possa reproduzir a axiomática do capital, produz outra coisa, não produtos, mas sim corpos anômalos e bizarros que desafiam os limites da representabilidade. São simulacros corporais, corpos nômades, que trafegam e viajam a pontos não determinados, traçando linhas de fuga e dissidentes frente aos imperativos sociais.

Outros corpos dissidentes podem ser vistos nas práticas de suspensão corporal. Corpos suspensos em ganchos que atravessam a pele trazem a experimentação intensiva da produção de um corpo sem órgãos (DELEUZE & GUATTARI, 1996 [1980]), em que tal experiência não passa pela representabilidade linguística. A sensação de dor não serve como remediação do mal estar social, mas sim como experimentação de novas

linhas intensivas. Não restaura uma norma, mas instaura uma prática existencial. Tal como o contrato masoquista, por mais que remeta a um código (o contrato) entre as duas partes, o agenciamento entre indivíduo, dominatrix e seus apetrechos, também possibilitam a experimentação de outras intensidades e possibilidades; e não uma expiação do mal estar pela dor e sofrimento. São processos nômades de experimentação, em que a realização desejante corporal não se restringe à genitália, ou ao corpocapital, mas sim em linhas de fuga dissidentes, ou melhor, numa política nômade com suas linhas de luta que potencializam os processos existenciais (HUR, 2015).

Os processos de transformação identitária de gênero, as jornadas trans e de redesignação sexual também configuram-se como corpos dissidentes que escapam do significante do binarismo sexual. A travesti embaralha os códigos sociais, pois não se adequa ao binarismo instituído, e nem é um corpo mais adaptado à axiomática do capital; é um corpo excluído, negado e alvo de preconceitos por parte significativa da sociedade. Mas também incorpora um paradoxo por ser um corpo desejado e alvo de olhar pelos mesmos que o excluem. A travesti é a radicalidade de um corpo dissidente.

Muitos movimentos sociais e políticos de gênero trazem a corporeidade como instrumento de luta política. As ucranianas do Femen utilizam todos os códigos instituídos de beleza (mulheres magras, arianas, bonitas e de seios de fora) com performances espetacularizadas, como forma de chamar a atenção da mídia e da população contra a exploração sobre a mulher e a afirmação de pautas feministas. Esse movimento se multiplicou em muitos países do planeta. A marcha das vadias, com cartazes como “Eu não vim da sua costela, você que veio de meu útero”, são manifestações políticas que expressam a singularidade feminina, numa luta contra a heteronormatividade e o patriarcalismo. Muitas jovens de países do Ocidente e do país organizam manifestações de rua utilizando seus corpos para se insurgir contra a lógica instituída.

A última modalidade de corpos dissidentes a ser citada neste ensaio é o que denominamos de corpos matáveis. Estes também estão fora dos códigos instituídos, bem como da axiomática do capital, estando no lugar do homo sacer (AGAMBEN, 2002). O homo sacer é figura paradigmática da atualidade, que expressa o ser considerado matável e insacrável, ou seja, não protegido nem pela jurisdição humana, nem pela divina. São corpos considerados descartáveis, pois não contribuem para a reprodução do capital e não se adequam aos códigos e normas sociais instituídos. Temos múltiplos exemplos de homo sacer, como os presos afegãos na prisão de Guantánamo que sofrem

violências de todos os tipos no cárcere. Moradores de rua em São Paulo e Goiânia que são exterminados por grupos paramilitares organizados, e que as autoridades geralmente atribuem, cinicamente, a um autoextermínio por dívidas de drogas. Haitianos desempregados no Brasil que são alvo de inúmeros tipos de violência. Jovens negros na orla do Rio de Janeiro, que são criminalizados pelas forças policiais e por parte significativa da população. Jovens da periferia de grandes cidades que passeiam no “Templo do Capital” (shopping center), organizando seus “rolezinhos”, mas que são duramente reprimidos e criminalizados pela segurança privada e pública. Estes corpos não têm mais valia em época de corpocapital e, por encarnarem linhas distintas, são vistos como corpos-dejetos. Os corpos de imigrantes asiáticos, árabes e africanos que morrem afogados cotidianamente no Mar Mediterrâneo nas suas tentativas de fugir das condições de precariedade material em seus países também são modalidades de corpos matáveis.

Há décadas, em realidade, há séculos, crianças e adultos africanos e negros morrem afogados em naufrágios no Mar Mediterrâneo, na tentativa de migração para a Europa. Tal situação apenas teve maior impacto na grande mídia com a grande comoção que se efetuou com o afogamento do menino sírio Aylan Kurdi, retratado morto e afogado de bruços na praia, como se estivesse dormindo. Tal comoção mundial se deu em muito pelo menino ter traços da rostidade padronizada e dominante: era branco e de traços finos. No entanto o afogamento de crianças africanas não é tocante para a grande mídia, pois por serem negras e por não se adequarem ao código e à axiomática majoritários, não causam a comoção que só se viu agora com a morte do menino Aylan. O racismo perdura, tanto que no Brasil ainda nos horrorizamos mais com os campos de extermínio de Auschwitz, onde foram aniquilados judeus europeus brancos, do que com os campos de extermínio no próprio país, em que milhões de indígenas e negros brasileiros foram assassinados. Devemos enfrentar a analisar nossa própria implicação na reprodução dos corpos matáveis.

Considerações finais

Nesse ensaio buscamos discutir as diferentes configurações do corpo em três momentos distintos: nas sociedades disciplinares, que funcionam sob a égide da norma e do código; nas sociedades de controle e rendimento, que funcionam sob a primazia da

axiomática do capital; e no plano que Guattari (2000) denomina como do Corpo sem órgãos, em que operam as linhas de fuga dissidentes.

No primeiro momento, do diagrama da disciplina, há a emergência do corpo-código, em que os corpos devem se adequar a determinados padrões, normas e códigos pressupostos. No segundo, do diagrama do rendimento, há o surgimento do corpocapital, em que prescinde dos códigos e opera a partir do funcionamento da axiomática do capital, investindo assim numa hipertrofia incessante. E no terceiro, que podemos chamar de diagrama de resistência, dos corpos dissidentes, que traçam linhas de fuga frente aos códigos disciplinares e à axiomática do capital. Ressaltamos que esses diagramas são coexistentes. Na atualidade há o declínio do disciplinar e a intensificação do diagrama do rendimento. Já o terceiro diagrama, da resistência, das linhas de fuga, é um agenciamento minoritário, nômade, que opera de acordo com as insurgências desejanter e molecularmente.

Dessa forma o corpocapital é hegemônico na atualidade, com seus imperativos de máximo rendimento e correlato a uma subjetividade capitalística hipertrofiada. Nesta produção subjetiva há uma captura do desejo, em que o indivíduo e coletivos investem e desejam essa modalidade corporal, por mais que a distância com o ideal possa apenas reproduzir o esgotamento, a culpa e o cansaço.

Já os corpos dissidentes operam por outra modalidade subjetiva, que ousamos denominar de subjetividades insurgentes. Através de linhas de fuga insurgentes e dissidentes buscam produzir outras modalidades corporais que não se restringem ao código, nem à axiomática. A sua própria expressão traz um embaralhamento dos códigos e da axiomática sociais. Consideramos que suas linhas traçam experimentações, e com elas, a produção de um corpo sem órgãos, intensivo, nômade e dionisíaco, mas que sempre corre o risco de ser codificado, ou axiomatizado.

Domenico Uhng Hur é psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), com estágio doutoral na Universitat Autònoma de Barcelona/Catalunya. Professor adjunto da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFG. Membro do CRISE: Núcleo de Estudos e Pesquisas Crítica, Insurgência, Subjetividade, Emancipação. Coordenador do curso (graduação) de Psicologia da UFG. Atua na área da Psicologia Social, articulando os temas: esquizoanálise, política, grupo e instituição. Organizador dos livros:

HUR, D.U.; LACERDA JR., F.; RESENDE, M.R.S. (orgs). *Psicologia e transformação: intervenções e debates contemporâneos*. Goiânia: Ed. UFG, 2015.

SANDOVAL, S.; HUR, D.U. & DANTAS, B.S.(orgs). *Psicologia Política: temas atuais de investigação*. Campinas: Alínea editorial.

Referências:

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano a e vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

BYUNG-CHUL Han. *La sociedad del cansancio*. Barcelona: Herder editorial, 2012.

CASSOLI, Tiago; FRANÇA, Sônia Aparecida Moreira. Riso e saúde: saberes e práticas sobre palhaços. *Mnemosine*, v. 8, nº 2, 258-293, 2012. Disponível em:

http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/263/pdf_248.

Acesso em 08 de agosto de 2015.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição* [1968]. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle [1990]. In: *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo* [1972]. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, Vol. 3 [1980]. São Paulo: Ed. 34, 1996.

FERNANDEZ, Ana Maria. *Política y subjetividad: Asambleas barriales y fábricas recuperadas*. Buenos Aires: Ed. Biblos, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir* [1975]. Petrópolis: Vozes, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUATTARI, Félix. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUATTARI, Félix. *Caosmose*. São Paulo: Ed. 34, 1992

GUATTARI, Félix. *Cartografias esquizoanalíticas*. Buenos Aires: Ediciones Manatíal, 2000.

HUR, Domenico Uhng. Da biopolítica à noopolítica: contribuições de Deleuze. *Lugar comum*. nº 40, p. 201-215, 2013. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/111012130335Da%20biopol%20C3%ADtica%20C3%A0%20noopol%20C3%ADtica%20contribui%20C3%A7%20C3%B5es%20de%20Deleuze%20-Domenico%20Hur.PDF>. Acesso em 08 de agosto de 2015.

HUR, Domenico Uhng. A política nômade: a guerrilha contra o Estado. *Cahiers de Psychologie Politique*. 27, 2015. Disponível em: <http://odel.irevues.inist.fr/cahierspsychologiepolitique/index.php?id=3010>. Acesso em 8 de agosto de 2015.

KAËS, René. *O singular plural: a psicanálise à prova do grupo*. São Paulo: Loyola, 2011.

LAZZARATO, Maurizio. *Políticas del acontecimiento*. Buenos Aires, Argentina: Tinta Limón ediciones, 2006.

LAZZARATO, Maurizio. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: Edições SESC; n-1 edições, 2014.

ROSE, Nikolas. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013.